



COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FI 159

RUBRICA M

TERMO DE REVOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO - Nº 00008.20240307/0001-00
INEXIGIBILIDADE ELETRÔNICA - SE-IN002/2024

A Prefeitura Municipal de Senador Pompeu, através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, considerando a recusa da assinatura do contrato por parte do participante ganhador do certame e no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, resolve **REVOGAR**, o processo licitatório **INEXIGIBILIDADE ELETRÔNICA - SE-IN002/2024**. Dê ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

Com efeito, necessário fundamentar no posicionamento da Jurisprudência pátria e pela análise da previsão do art. 71 da Lei 14.133/2021 a possibilidade da revogação do Procedimento Licitatório, com razão no interesse público, conveniência e oportunidade, por ato da própria administração.

O art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, que trata da revogação do procedimento é de uma clareza exemplar no momento em que dispõe: Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; § 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

Ademais a Administração Pública tem o poder-dever, com ou sem provocação, de anular o ato administrativo, sem que isso se constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder, lição assentada pelo STF no enunciado das Súmulas 346 e 473, senão vejamos:

STF Súmula nº 346 - Administração Pública - Declaração da Nulidade dos Seus Próprios Atos: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

STF Súmula nº 473 - Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Diante do exposto, revogo processo licitatório, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

Everson Torres Fonseca



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



Ante ao exposto, e destacando que foram obedecidos todos os pressupostos para a revogação do presente processo licitatório, e para salvaguardar os interesses da Administração, fica **REVOGADO** Processo Licitatório em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito supramencionados.
Sem mais.

PUBLIQUE-SE.

Senador Pompeu/CE, 10 de Abril de 2024.


ENEAS TORRES FERREIRA
Ordenador de Despesas da
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

COMISSAO DE LICITAC
FI _____ 160
RUBRICA _____ ml